



A Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro: manifestação foi chamada de "Marcha da Família às avessas"

'A conjuntura brasileira não ficou a reboque da internacional'

violência revolucionária para tentar transformar o regime.

Por exemplo, a morte de Che Guevara, em 1967, repercutiu no Brasil. Este e outros episódios interferem nas diferenças entre o maoísmo, o guevarismo e outras tendências no que diz respeito àquelas defendidas pelo movimento estudantil. Mas isso ocorre a partir de um movimento que está acontecendo no país, e não o contrário. Temos que ter consciência da importância do Brasil nesse processo.

Não que não tenha havido simultaneidade no âmbito da conjuntura internacional – a guerra do Vietnã, a revolução cultural na China, o movimento negro nos Estados Unidos, entre outros exemplos, transcorreram no mesmo período. Muitas vezes esses acontecimentos repercutem em outros países. Entretanto, acho que não dá para colocar a conjuntura brasileira a reboque da internacional.

JU – Ela não foi determinante.

Maria Ribeiro do Valle – Há a especificidade brasileira, que pode ser traduzida na luta estudantil, cujas vertentes mais visíveis são as reivindicações pela reforma universitária e pelo ensino gratuito – a questão dos excedentes e o acordo MEC-Usaid se inserem nesse contexto –, e a luta política, que é contra a ditadura militar. Vem daí a importância do movimento estudantil, já que ele é um dos principais atores na luta contra a ditadura. Por isso, também coloco minha ênfase na dimensão política desse movimento.

Tivemos as greves em Osasco e Contagem, a dimensão cultural e comportamental – que também foram muito importantes – mas os estudantes eram os grandes protagonistas, até por serem de classe média e pela própria repercussão que as manifestações tiveram na mídia. Nesse contexto, as mobilizações e os assassinatos ganhavam as ruas e atingiam a

população. Havia uma visibilidade pública muito grande.

JU – O fato de os estudantes serem de classe média teve algum peso nessa conjuntura?

Maria Ribeiro do Valle – A classe média e, portanto, parte dos estudantes, no momento do golpe de 64, vai apoiar os militares. Esse quadro muda anos depois. Um exemplo emblemático foi a Passeata dos Cem Mil, que ocorreu uma semana depois da Sexta-feira Sangrenta, na qual foram mortos 28 populares em passeata convocada pelos estudantes no Rio. A Passeata dos Cem Mil é inclusive chamada de Marcha da Família às avessas, numa referência explícita à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, por meio da qual a classe média manifestava apoio aos militares.

Fica claro, em 1968, quando a repressão do regime fica mais visível, que a classe média queria participar da política. Ela apóia o golpe contra a "subversão", mas também não queria ficar fora da vida política do país. Com isso, vários apoiadores do golpe passam para a oposição.

JU – Em seu livro, a senhora mostra como a violência emergiu do "diálogo" entre o movimento estudantil e a ditadura militar. Quais foram as consequências desse embate no cenário político e na sociedade?

Maria Ribeiro do Valle – Em 1966, a UNE é retomada pelos estudantes de esquerda. Já neste ano os estudantes se manifestavam, mas corriam da repressão – a tática era outra. Em 1968, porém, os estudantes passam para o enfrentamento. No episódio da morte do Edson Luís, por exemplo, eles dizem que "neste luto começa a luta". Eles passam a adotar a violência para enfrentar as ações da polícia do regime.

JU – Passam a adotá-la como tática?

Maria Ribeiro do Valle – Exatamente. Eles passam a defender a violência dentro do registro da violência revolucionária. Por sua vez, a ditadura já tem, em janeiro de 1968, a proposta de um ato institucional que feche o regime, o que acabou resultando na decretação do AI-5, no final do ano. Tínhamos, então, da parte da chamada linha dura, uma tentativa de criar, a partir desses embates com o movimento estudantil, um bode expiatório para a decretação deste ato.

JU – Qual era o discurso que legitimava a adoção de medidas discricionárias?

Maria Ribeiro do Valle – Eles diziam que a violência era utilizada pelos estudantes e que, por conta disso, não restava outra alternativa ao governo que não fosse a repressão.

JU – Na época havia no movimento estudantil uma miríade de tendências. Elas conviviam sem conflitos? Em que medida o discurso do governo de que havia divergências no interior do movimento interferiu nas ações?

Maria Ribeiro do Valle – É preciso ler o movimento estudantil enquanto movimento de massas. Por mais que ele fosse feito por estudantes das mais variadas tendências, nesses episódios os estudantes "fechavam". Registravam-se as disputas internas, mas a partir do momento em que uma das posições saía vitoriosa, eles se uniam. Houve sim uma tentativa do governo e da própria imprensa de divulgar enfaticamente a divergência no interior do próprio movimento para combatê-lo mais facilmente.

No primeiro semestre, os principais episódios são no Rio de Janeiro. E aí, fica muito evidente, tanto com a morte do Edson Luís como na Sexta-Feira Sangrenta, que a polícia é a grande "culpada" pela violência. Em julho, as

passeatas são terminantemente proibidas. A partir daí, os estudantes que defendiam a luta de massas nas ruas – que preconizava a utilização da violência – vão em busca de uma nova tática. Eles partem então para a ocupação "militar" das faculdades. A mais importante delas foi a ocupação da Filosofia da USP que desemboca na Guerra da Maria Antônia, em outubro. Com isso, os estudantes que defendiam as ações de massa já estavam derrotados. Não havia mais jeito de convocar passeatas.

A partir daí, os protagonistas passam a ser os estudantes favoráveis a uma vanguarda armada. Tanto a Guerra da Maria Antônia como o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, que é o último episódio do movimento estudantil de repercussão nacional em 68, estão no contexto da militarização do movimento estudantil. Tanto que o Congresso de Ibiúna era clandestino. Foi pensado sob essa ótica da luta armada.

JU – Sua obra revela, em abordagem inédita, como a imprensa, ao sabor das circunstâncias, apoiou as medidas discricionárias do regime militar. Este apoio legitimou a barbárie?

Maria Ribeiro do Valle – A imprensa, por mais que apoiasse o regime, dava muita visibilidade aos combates e à repressão policial. A imagem dos estudantes sendo agredidos ganhava as páginas dos jornais. Isso levava a população a reagir. Em julho, quando são proibidas as passeatas, há um grande apelo do governo para que a imprensa deixe de veicular os acontecimentos estudantis. Para os militares, a veiculação dos episódios contribuía para o apoio da população às manifestações. Já há, aí, um ensaio da censura que estaria por vir. Até esse momento, ficava claro que o responsável pela violência era a polícia.

No segundo semestre, esse discurso do governo por meio do qual, desde o início do ano, era

atribuída a violência aos estudantes, começa a colar na prática com a atuação política dos estudantes, já que eles começam a defender a lutar armada, tanto na Maria Antônia como no 30º Congresso da UNE. A população, que já estava alarmada com a atuação dos militares, se volta também contra os estudantes. Em julho, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro estava sitiada. A imagem militarista que os estudantes começam a endossar e a admitir provoca o recuo da população.

No segundo semestre, com o recrudescimento da violência, começam a ser registrados assaltos a bancos e outras ações isoladas. O terrorismo de direita e de esquerda passa a atuar. A forte atuação do Comando de Caça aos Comunistas [CCC], que estava também alojado no Mackenzie, é emblemática nesse contexto.

Diante desse quadro, a imprensa, sobretudo a paulista, começa a falar dos extremismos. Ela passa a mostrar os estudantes como sendo os terroristas de esquerda. Tanto na Maria Antônia como em Ibiúna, os jornais mostram a polícia não mais como desencadeadora da violência, mas sim como a força necessária para manutenção da ordem. Com isso, começa a pedir uma resposta do Costa e Silva no sentido de acabar com esses extremismos.

JU – Nesse contexto, em que medida o papel da imprensa contribuiu para a decretação do AI-5, em dezembro de 68?

Maria Ribeiro do Valle – A imprensa muito contribuiu para divulgar o clima de terror, inserindo inclusive os estudantes no extremismo de esquerda e pedindo a ação "mediadora" de Costa e Silva frente à "intranquilidade e insegurança de toda a nação" desencadeadas pelos terroristas de esquerda e de direita. Ela só não contava que, mais tarde, seria um dos grandes alvos do governo. Com o AI-5, a censura foi selada.